“Currículo que integra, avaliação que transforma: aprendizagens e desenvolvimento integral

Gilvânia da Conceição Nascimento
DCIE - UESC / UNCME BAHIA
gcnascimento@uesc.br

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS E INQUIETAÇÕES

- A Educação Integral em Tempo Integral como previsão legal (LDB, Planos Decenais, Diretrizes Nacionais...).
- Educação Integral nos Estados e Municípios, é, também, uma necessidade fundamental para o enfrentamento dos desafios da educação no Século XXI.
- A perspectiva sistêmica da educação brasileira e o papel dos Conselhos de Educação.
- Currículo como território de disputas.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS E INQUIETAÇÕES

- O sancionamento da Lei 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, demandando dos Municípios um planejamento ampliado, que para além das matrículas e outras providências, deve prever, segundo o Art.13 Inciso II, a necessidade de "reorientação curricular para a educação integral".

A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POLÍTICA (MEC)



CURRÍCULO COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA

- ❖ Disputas de Concepção de Educação.
- ❖ Disputas de projetos de formação docente.
- ❖ Disputas de concepções sobre educação integral em tempo integral.

“Invento saídas, tempos, práticas, motivações...

mas sou cobrada de seguir os currículos.

(Professora da escola básica)

Há lugar para nossas autorias no território dos currículos de Formação de Professores e Currículos da Educação Básica?

- Na realidade, não é tanto [ou apenas] o currículo que está em disputa, mas a docência, o trabalho, a liberdade criativa dos trabalhadores da educação. Está em disputa o conhecimento, a cultura e sua rica diversidade. Está em disputa o papel da escola no século XXI.

- As políticas, diretrizes e normas coincidem na priorização de currículos baseados em competências, nas avaliações de resultados, na pressão sobre os docentes, seus compromissos e responsabilidades.

POLÍTICAS, NORMAS E CURRÍCULOS

- As orientações do MEC para a implementação da Política (Diretrizes e Prazos).

- O recorte temporal de 2023 e suas urgências (da implementação da política ao processo de regulamentação).

- A aprovação das Diretrizes Nacionais CNE (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7, DE 1º DE AGOSTO DE 2025, que Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica) e a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 14 DE JULHO DE 2026, que Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral).

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 14 DE JULHO DE 2026, QUE INSTITUI OS PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 15. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deve assegurar coerência sistêmica entre currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento pleno, promovendo todas as suas dimensões: cognitiva, social, cultural, emocional, física e o pleno exercício dos direitos de aprendizagem dos educandos.

§ 1º A coerência sistêmica de que trata o caput deve observar a integração das diferentes dimensões do desenvolvimento em experiências de aprendizagem que articulem os diferentes campos do conhecimento e as diferentes linguagens e formas de expressão para promover o desenvolvimento da autonomia, da empatia, da criatividade, da consciência crítica e da convivência democrática.

DO MOVIMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DOS CURRÍCULOS

Art. 21. Na dimensão estratégica do currículo, das práticas pedagógicas e da avaliação, compete aos sistemas de ensino:
I - elaborar orientações pedagógicas específicas para a Educação Integral em Tempo Integral para orientar as unidades educacionais de sua rede de ensino;
II - apoiar a contextualização das orientações pedagógicas pelas escolas com base em seus territórios;

Art. 22. Na mesma dimensão, compete às escolas:
I - contextualizar e implementar as orientações pedagógicas da Educação Integral em Tempo Integral definidas em seu sistema de ensino para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;

O ESFORÇO COLETIVO REALIZADO

Buscar novos sentidos

Construir novas narrativas

Planejar novas possibilidades pedagógicas

As diretrizes locais avançam ou repetem o já determinado nas Diretrizes Nacionais?

O grande desafio é tornar realidade a organização do trabalho escolar sob novas bases, o que implica, dentre outras questões, as condições objetivas para a realização do trabalho docente, além de uma profunda transformação no modo como a escola usualmente concebe e realiza o seu trabalho, supondo o confronto com valores há muito dominantes na cultura escolar.

OS VALORES DA ESCOLA CAPITALISTA, DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA, NÃO SE COADUNAM COM OS DESAFIOS DO PRESENTE - <u>E DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.</u>

ALGUNS PONTOS DE ATENÇÃO....

Concepções de Ensino

Concepções de Avaliação

Concepção de Educação Integral

Organização Escolar

Organização Curricular

Diretrizes aprovadas pelo MEC e CNE

Participação das famílias, estudantes e professores (as) ...

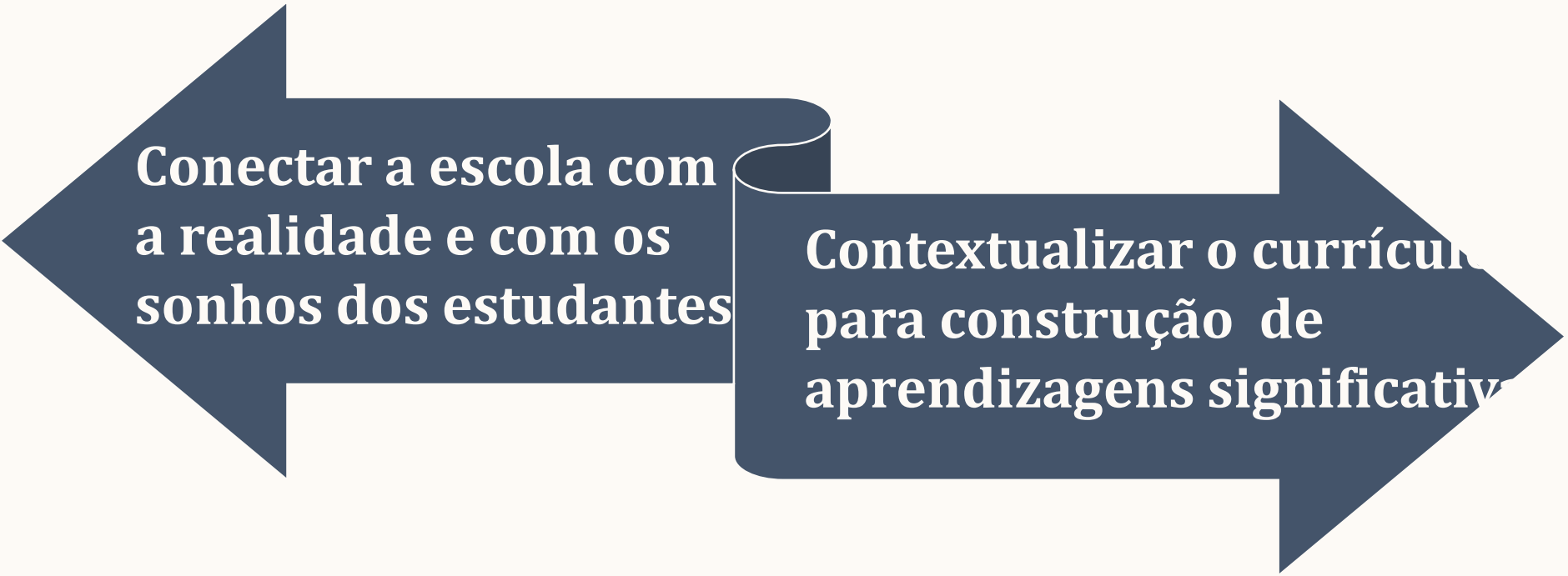
Normas dos respectivos sistemas de ensino

Autorias e protagonismo

“Uma escola que rompe com as barreiras clássicas de organização do espaço escolar, apostando na troca constante, nos espaços coletivos compartilhados, nos trajetos pedagógicos que consideram o ritmo e as necessidades de aprendizagem específicos de cada aluno/aprendiz. Uma escola que admite as diversas realidades cotidianas como possibilidades reais de construção de currículo”.

UMA ESCOLA IMBRICADA NO TERRITÓRIO E AO MESMO TEMPO, ‘TOMADA POR ELE’.

I.


Conectar a escola com a realidade e com os sonhos dos estudantes
Contextualizar o currícul para construção de aprendizagens significativ

II.

Escola como espaço de relações e encontros

Escola como espaço de responsabilidadeS compartilhadas

III.

Escola como espaço de construção de pertencimento

Escola como espaço de ouvir e ser ouvido

CURRÍCULO QUE ROMPE AS BARREIRAS DO ESPAÇO ESCOLAR E SE CONECTA COM O TERRITÓRIO E SUAS POSSIBILIDADES

Garantir que nos Sistemas de Ensino, mais do que regulamentar e definir Diretrizes que não se conectam com a realidade escolar e seus sujeitos, é preciso considerar que os professores e estudantes são construtores de currículo; que o currículo vivo se retroalimenta das realidades cotidianas e das práticas pedagógicas forjadas nos contextos locais.

.

A PESQUISA REALIZADA PELA UNCME E AS DIRETRIZES MUNICIPAIS

- A pesquisa teve como objetivos identificar como a atuação dos Conselhos de Educação pode contribuir para o fortalecimento do processo de orientação pedagógica às escolas, conforme Diretrizes próprias e construção participativa do Projeto Político Pedagógico, e, ainda, compreender como o processo de regulamentação das Diretrizes Municipais pode fortalecer e consolidar a Política de Educação Integral em Tempo Integral nas escolas de Educação Básica das redes públicas municipais.

- Foram analisadas as Diretrizes aprovadas pelos CMEs por amostragem territorial.

A PESQUISA REALIZADA PELA UNCME E AS DIRETRIZES MUNICIPAIS

- Como metodologia, partimos da análise descritiva dos documentos produzidos pelos Conselhos Municipais de Educação, em consonância com a Política Municipal de Educação Integral, como exigência do Ministério da Educação.

- Estas normativas locais deveriam considerar as orientações do Conselho Nacional de Educação, em especial a Resolução CNE/CEB nº 7/2025, que institui as Diretrizes Nacionais Operacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica e a Resolução CNE/CEB nº 4/2026 do Conselho Nacional de Educação, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral.

A PESQUISA REALIZADA PELA UNCME E AS DIRETRIZES MUNICIPAIS

- A análise dos documentos apresentados teve como base os descritores relacionados a Currículo e Formação de Professores, com destaque para a Seção IV da Resolução CNE/CEB nº 7/2025 de forma a compreender como estes documentos regulatórios se organizam para garantir as questões relacionadas à dimensão do currículo, das práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento, de forma a ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes, garantindo um currículo que lhes permita o desenvolvimento integral.

A PESQUISA REALIZADA PELA UNCME E AS DIRETRIZES MUNICIPAIS

- Como órgãos normativos dos Sistemas de Ensino, compete aos Conselhos de Educação zelar pela garantia deste importante direito de cidadania que é a educação integral, devendo estar atentos e atuantes quanto ao processo de implementação e monitoramento da implantação desta política, com um foco muito específico nas questões curriculares.

ALGUNS ACHADOS QUE PRECISAM SER MELHOR APROFUNDADOS

- Dificuldades dos municípios quanto ao entendimento / concepção de educação integral em tempo integral.
- Diretrizes regulamentadoras que “apenas repetem” os termos da política municipal ou das diretrizes nacionais.
- Pouca clareza quanto à proposta pedagógica da educação integral em tempo integral, muitas vezes descritas como “rol de atividades diferenciadas”.
- Falta de adequação dos Projetos Político-Pedagógicos e de materiais complementares para o trabalho docente.

ALGUNS ACHADOS QUE PRECISAM SER MELHOR APROFUNDADOS

- Ausência de políticas / ações intersetoriais.
- Emparedamento: do aluno, do professor, do currículo.
- Falta de formação continuada para os professores, que estão assumindo as salas em tempo integral, sem nenhuma preparação ou formação específica para tal.
- Precarização acentuada dos docentes que atuam na educação integral em tempo integral

ALGUNS ACHADOS QUE PRECISAM SER MELHOR APROFUNDADOS

- ❑ Resistência das famílias.
- ❑ Questões estruturais (físicas , materiais, pessoal e outras).

Essa discussão nos convida a refletir sobre a importância de um currículo vivo, que nasce do cotidiano, dialoga com as realidades dos territórios e reconhece as experiências de vida como parte essencial dos processos educativos.

Precisamos compreender que o cotidiano também produz conhecimentos, provoca aprendizagens e exige de nós sensibilidade para perceber que nem tudo o que precisa ser ensinado está previamente escrito no currículo. A vida acontece todos os dias, e o currículo precisa dialogar com ela! É nessa relação entre educação, realidade e humanidade que podemos construir práticas verdadeiramente significativas e transformadoras. (Ione Matos, Gestora Do Centro Municipal Proinfância Marcionília Santina da Silva – Araci / Bahia)